



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA - PL 0853/2021

O Brasil é hoje o quarto país com o maior número de assassinatos de defensoras e defensores de direitos humanos no mundo. Ao menos 23 ativistas brasileiros pelos direitos humanos foram assassinados em 2019, o que coloca o país entre os mais violentos para quem atua junto à sociedade civil e na defesa do meio ambiente. Esse dado faz parte do relatório anual divulgado pela organização Frontline Defenders. Essa organização mapeia denúncias ao redor do mundo dos ataques contra ativistas e defensores dos direitos humanos. A coleta de dados referente ao Brasil são contabilizados pela Pastoral da Terra, uma organização que atua em conflitos por terra, e agora, com suporte do Grupo Gay da Bahia, também contabilizou os assassinatos de pessoas LGBT no país.

Como parte desse processo de violência contra lideranças civis que se propõem a defender o meio ambiente, as comunidades tradicionais, a vida da população negra e indígena, das pessoas LGBT, faz-se necessário políticas públicas que enfrentem esses ataques às lideranças e os garanta segurança para continuarem atuando pelo bem comum e pela mudança radical do mundo. Temos no Brasil diversos casos de assassinatos sem respostas de quem foram os mandantes. O mais simbólico e recente é da vereadora do Rio de Janeiro Mariele Franco que foi morta junto de seu motorista Anderson Gomes em 14 de março de 2018. Mariele e sua morte caracterizam bem a situação violenta que se impõe para ativistas e militantes, principalmente aqueles que são parte de maiorias minorizadas. A vereadora era uma mulher negra, LGBT, da favela e ocupava um espaço institucional importante na cidade, enfrentando as milícias e outros poderosos. A professora Debora Diniz também foi obrigada a interromper sua carreira de docente na Universidade de Brasília, após receber ameaças de morte por parte de grupos fundamentalistas cristãos, em consequência de sua militância nas questões de gênero e aborto.

Nesse cenário de preocupação com as lideranças brasileiras por conta do alto número de violações de direitos, com o desmatamento na Amazônia maior em quinze anos e com a população sofrendo efeitos da pandemia de covid-19. Essa proposta legislativa objetiva demarcar a importância da defesa da vida, da diversidade política de representação, da autonomia, do diálogo, e a defesa intransigente da democracia. Essa democracia só pode ser plena em um país que garanta a diversidade de ação política de seus cidadãos.

Este projeto, inspirado na iniciativa do Deputado Distrital Fábio Félix (PSOL), por meio do Projeto de Lei nº 1.859/2020 em tramitação na Câmara Legislativa do Distrito Federal, busca que as casas legislativas municipais tenham como dever atuar para proteção, a nível municipal, desse grupo de pessoas que estão com suas vidas ameaçadas por lutarem para garantir os direitos humanos no país. A presente medida é importante enquanto o quadro legal nacional e estadual de proteção a defensoras e defensores não é implementado.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 15/12/2021, p. 89

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.